AS OLIGARQUIAS DO SUL DE MINAS EM FINAIS DO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

THE OLIGARCHIES OLD THE SOUTH OF MINAS IN THE END OF THE EMPIRE AND FIRST REPUBLIC

Fábio Francisco de Almeida Castilho*

Resumo: Nosso trabalho inicia-se com um apanhado da bibliografia sobre o republicanismo e federalismo na Primeira República, com principal atenção à emergência do poder regional e dos coronéis locais. Em seguida nos detemos no estudo de dois grupos sediados no Sul de Minas. O primeiro deles era capitaneado por Silviano Brandão, político identificado com o regime imperial, mas que a partir da Proclamação da República conseguiu amealhar prestígio e organizar uma base de sustentação coesa que lhe permitiria usurpar o poder estadual. Por outro lado, existia o grupo dos republicanos históricos, liderados por Francisco Honório Ferreira Brandão, este agrupamento esteve envolvido na propaganda republicana regional desde 1872, mas com a implantação do novo regime foram excluídos e ficaram sem espaço de participação no novo governo, seguindo a partir deste marco uma longa trajetória na oposição ao governo estadual.

Palavras-chave: República; Federalismo; Periódicos.

Abstract: Our work begins with an overview of the literature on republicanism and federalism in the First Republic, with main attention to the emergence of regional and local coroners. Then we present the study of two groups based in the south of Minas Gerais. The first was headed by Silviano Brandão, politically identified with the imperial regime, but from the Proclamation of the Republic managed to amass prestige and organize a cohesive base of support that would allow him to usurp state power. On the other hand, there was a group of historical Republicans, led by Francisco Honório Ferreira Brandão, this group was involved in Republican propaganda regional since 1872, but with the implementation of the new regime were excluded and were out of space for participation in the new government, following the from this mark a long history of opposition to the state government.

Key-words: Republic; Federalism; Newspapers.

* Possui graduação em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2006) e Mestrado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2009). Atualmente é aluno do Programa de Doutorado em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp- Franca). Endereço de e-mal: fabiofacastilho@hotmail.com

Introdução

No Brasil da segunda metade do século XIX um vasto cenário de mudanças se apresentava, o país precisava adequar-se a uma série de "ideias novas" que já haviam assolado a Europa e os Estados Unidos e espalhavam-se agora para o restante do ocidente. Trata-se da expansão do liberalismo e do capitalismo que traziam consigo aspectos modernizantes para o país; como a troca da mão de obra, o republicanismo, a urbanização, a expansão cafeeira, a ampliação de linhas férreas etc. Uma série de alterações sociais, culturais, econômicas e políticas que se alastravam por todo território nacional.

No âmbito político, a principal faceta destas transformações foi o republicanismo. Em sua obra clássica "do Império à República", Sérgio Buarque de Holanda considera que, já em 1868, os homens mais lúcidos sabiam que a monarquia estava condenada no país (HOLANDA, 2006, p. 302). Paradoxalmente, outro renomado autor, José Murilo de Carvalho, afirma que a Proclamação da República, em 1889, ocorreu de forma "inesperada, rápida e incruenta" (CARVALHO, 2009, p. 35). A oposição de ideias indica que o processo de alteração do regime foi marcado por um gradual desgaste da monarquia, mas o golpe final foi dado num gesto brusco e impetuoso.

Proclamada a República, o regime não tinha nada de definido, passou por inúmeros soçobros até sua rotinização em 1898 (LESSA, 1988). A adaptação do Estado brasileiro à República foi complexa, diversos mecanismos e arranjos tiveram de ser colocados em prática para se garantir a funcionalidade do regime. Uma série de corruptelas e vícios entrou em uso para garantir a estabilidade republicana recém-instaurada, como o monopólio oligárquico, as fraudes eleitorais e a violência. Ao mesmo tempo, os estados brasileiros ganharam maior autonomia e as oligarquias regionais tornaram-se mais independentes para tomar suas decisões.

Uma vasta bibliografia já se debruçou sobre esse mote e muitos autores apontam como decisiva nas transformações observadas no período republicano a instauração do federalismo, que concedeu aos estados maior autonomia e poder nas negociações (LEAL, 1949). Com efeito, as experiências partidárias de alcance nacional não obtiveram sucesso nos primeiros anos da República se comparadas às máquinas políticas estaduais, controladas por clãs familiares. Os municípios capitalizavam maior poder de barganha, tanto por meio de laços de fidelidade pessoais ou matrimoniais interfamiliares, como pelo confronto armado (QUEIROZ, 2006). Assim, o domínio local garantia o mando em esferas mais altas e por esse motivo sua disputa era extremamente acirrada. Como os municípios brasileiros estavam nas mãos de oligarcas e coronéis, a política passou a ser decidida de acordo com os interesses pessoais desses personagens.

A República Velha foi o ponto alto das oligarquias na história independente do país. José Murilo de Carvalho assinala que a federação permitiu a mobilização das oligarquias locais e algumas delas tiveram êxito em organizar-se dentro dos estados e montar partidos únicos sólidos, "instrumentos ágeis na manutenção da ordem e na negociação com o governo federal" (CARVALHO, 2005, p.182).

Na mesma linha, o sociólogo Cid Rebelo Horta considera que a grande distinção do novo regime republicano instaurado no país foi o federalismo. Com a República a grande força política deixou de ser a administração central corporificada na União Federal para habitar nos Estados-Membros. Deste modo, o poder, que antes se congregava no centro, refluiu para a periferia e o compromisso eleitoralista, que, durante o Império, se formulara entre o poder local e o poder central, passara a ser feito entre o poder local e o poder regional, personificado no presidente de estado. Este seria o personagem político central da Primeira República, uma vez que o controle do eleitorado lhe pertencia inteiramente (HORTA, 1986).

As características do federalismo da Primeira República permitiram que o compromisso eleitoralista se firmasse diretamente entre o Presidente de Estado e o coronel-chefe do poder local com a criação de condições especiais de estabilidade que privilegiava as oligarquias políticas regionais. A legislação eleitoral que regeu o período era facilmente manobrada e facilitou o fortalecimento e a perpetuação das chefias políticas municipais em consonância com o compromisso existente entre estas e o poder regional. Ao mesmo tempo, a fraude campeava no âmbito municipal, estadual e federal e as eleições da República terminavam sempre com resultados certos e preestabelecidos (HORTA, 1986, p.121).

Neste cenário, como eram os chefes locais que detinham o controle sobre os votos municipais, aumentou a importância política do coronel. O "coronelismo", assinalado por Victor Nunes Leal, garantia aos mandões locais os desígnios do país, em acordos selados regionalmente, ratificando a força do municipalismo na federação brasileira (LEAL, 1949).

De acordo com Maria Isaura Queiroz, o coronel se definia pelo poder político, era o "protetor" de um extenso número de eleitores reunidos sob o seu domínio e o seu poder político era medido pela quantidade de votos de que dispunha no momento das eleições. Conforme a autora, um coronel era também o chefe de uma extensa "parentela", formada por um grande número de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança (uniões matrimoniais). Esses mandões locais ainda procuravam desenvolver na região que dominavam um centro urbano que ficasse na sua dependência. Essa sede deveria constituir-se como centro de suas atividades, agiam como fundadores ou como protetores de cidades que eram *suas*, no sentido pleno do termo (QUEIROZ, 2006, p.187).

Em Minas, o grande beneficiado com a nova organização política do país foi Silviano Brandão, liderança sul-mineira a frente do governo do estado no momento da instauração da Política dos Governadores,[1] a partir de 1898. Silviano soube tirar proveito da conjuntura nacional e organizou a oligarquia local que se perpetuou a frente do estado de Minas Gerais por duas décadas (VISCARDI, 2001).

Segundo Francisco de Assis Barbosa, Silviano Brandão, "senhor absoluto do Sul de Minas", do seu reduto em Pouso Alegre, "comandava os donatários de uma constelação de pequenos feudos: Ouro Fino, com Júlio Bueno Brandão; Cristina, com Delfim Moreira e Itajubá, com Wenceslau Brás" (BARBOSA, 1990, p.50). Acrescentamos ainda a esta lista de sequazes de Silviano Brandão, Américo Werneck, em Águas Virtuosas; Bueno Paiva, em Jaguari; João Luis Alves, em Campanha e Francisco Bressane; em São Gonçalo do Sapucaí. Compondo um agrupamento numeroso, influente e organizado.

No entanto, esses atores não eram identificados com o republicanismo. Ao contrário, os principais aliados de Silviano Brandão eram todos "adesistas", isto é, políticos monarquistas que se converteram tardiamente ao republicanismo. Exceção feita a Américo Werneck e Francisco Bressane, que militaram nos periódicos de propaganda republicana há mais tempo.

Esses dois últimos personagens pertenciam a uma corrente identificada com o "republicanismo histórico" sediada na região, principalmente nos municípios de Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, desde o início da década de 1870. Seus principais representantes eram Francisco Honório Ferreira Brandão, Manuel de Oliveira Andrade, Lúcio Menezes Drumond Furtado de Mendonça, Martiniano da Silva Reis Brandão, e João Bressane, além dos já mencionados Francisco Bressane e Américo Werneck. Esse agrupamento esteve envolvido na produção de periódicos republicanos que criticavam a instituição monárquica, morosa em adequar-se às transformações sociais em andamento. Mas, marginalizados politicamente, ficaram condenados à oposição.

Assim, em fins do Império e início da República duas posturas principais eram encontradas no seio da elite mineira: existiam os republicanos históricos e os adesistas. Os primeiros ansiavam pela queda da monarquia e acreditavam que, concluída a Proclamação, o país iria sofrer mudanças radicais em sua organização e eles, enfim, teriam voz e vez no novo governo. Desta forma, vislumbraram maiores opções políticas e formularam estratégias para participar efetivamente do mesmo. Por outro lado, as porções da

[1] A Política dos Governadores foi um pacto existente a partir de 1898, em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais, e em troca estes, fazendo uso de seus coronéis, elegiam bancadas pró-Governo Federal para a Assembléia Legislativa, de forma que nem o governo federal, nem os governos estaduais enfrentassem qualquer tipo de oposição (Cf. LESSA, 1988).

elite adesista, que permaneceram monarquistas até as vésperas da proclamação republicana, tiveram de aderir ao novo regime e ajeitar seu discurso e suas ideias para continuar em condições de mando e controle político. Estes também precisaram elaborar diferentes estratégias para garantir sua presença entre aqueles que tomariam as decisões na condução do país.

Após a Proclamação da República, ao contrário do que esperavam os republicanos históricos, não foram eles, mas sim os antigos monarquistas, que ascenderam ao poder nas Minas Gerais, desenvolvendo e assumindo novos discursos e posicionamentos políticos. Foi travada uma disputa dentro do estado de Minas Gerais entre políticos conservadores (antigos monarquistas que aderiram ao novo regime somente com a Proclamação da República) e aqueles republicanos de longa data. Outro aspecto que determinava a composição de alianças políticas era o regionalismo.

No período aqui em evidência o estado de Minas Gerais, embora configurasse uma unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, era na verdade uma soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas significativamente diferenciadas entre si, não existia nenhuma força unificadora com potência suficiente para integrar economicamente o território mineiro num conjunto que lhe conferisse identidade (PIRES, 2004). O resultado dessa situação – o *mosaico mineiro*, assinalado por J. Wirth – guarda duas características principais: primeiramente o desenvolvimento de cada região se constituiu numa "linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos", e, em segundo lugar, aquelas regiões que fariam parte daquele "todo" se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Mata com o Rio de Janeiro) (WIRTH, 1982, p.37).

De acordo com Maria Efigênia Lage de Resende, o quadro econômico-social de Minas, ao iniciar o período republicano, anunciava alterações nos quadros de representação política que faziam prever o término do domínio da vida política pelo antigo centro minerador. Dois fatores concretos indicavam essa mudança: crescimento econômico acentuado da Mata e Sul e maior concentração populacional nestas mesmas regiões (RESENDE, 1982, p. 33). A República em Minas iniciara-se com um quadro de desequilíbrio interno, anomalia que era econômica e também demográfica. Tais condições refletiam nas ambições de mando político de Minas Gerais, com as duas zonas mais dinâmicas exigindo maior participação no novo jogo político republicano (FLEISHER, 1982).

Como é sabido, durante a República Velha formar-se-ia um sistema eleitoral visando manter a participação política essencialmente situacionista, condição que resultou no fortalecimento de grupos locais e regionais, en-

quanto dificultou, no plano estadual, a formação de fortes grupos de poder. Para Resende, esse é um dos aspectos essenciais da formação de grupos regionais de poder, situação também favorecida pelo crescimento econômico demográfico em descompasso entre as diversas regiões do Estado. Este último aspecto, por sua vez, também dificultava a união estadual, pois favorecia a solidariedade regional na busca pelo poder. Maria Resende assinala que essa dinâmica interna é nitidamente resultante do movimento de busca de uma hegemonia entre facções oligárquicas (RESENDE, 1982).

1. A chegada da República no Sul de Minas e o adesismo de Silviano Brandão

> A hora adiantada da noite do dia 16 do corrente chegou a esta cidade a notícia da proclamação da República no Rio de Janeiro. Alguns telegramas expedidos daquela capital aos chefes do partido nesta cidade causaram uma impressão profunda, indefinível. Não foi entusiasmo, nem júbilo o sentimento que se apoderou de nós nessa noite memorável; porém a estupefação e o pasmo. Debalde cada qual procurava arrancar do laconismo do telegrama o motivo de tão inesperado e quão prodigioso acontecimento.
> Ao aproximar-se a hora da chegada do correio estava a agência repleta de curiosos. Desdobrados que foram os jornais do Rio, encontrou-se em todos o brado altinoante (sic) de – VIVA A REPÚBLICA – que a esta hora já tem ecoado simpaticamente pelos confins mais remotos da terra.
> Nisto um grupo de republicanos nos irromperam freneticamente em vivas a República Brasileira e ao exército. E aquele grito d´alma e tanto sufocado no peito dos patriotas irrompeu veemente, vitorioso.
> Dúzias e dúzias de foguetes subiram incontinente ao céu límpido dessa enorme Suíça, atroando os ares remansosos da pátria redimida. (*A Revolução,* República Brasileira 15 de Novembro: Festejos. 23 de novembro de 1889. p.2).

O fragmento acima reporta como a notícia da Proclamação da República chegou num rincão do interior mineiro. Inesperada, como em todo restante do país, a notícia causou estupefação e pasmo, pegando a população de surpresa. Ainda assim, já existia ali um grupo que defendia a ideia republicana há algum tempo e aclamou a novidade com vivas e foguetes. O Partido Republicano local imediatamente reuniu seus correligionários e deliberou sobre quais deveriam ser suas ações. Rapidamente produziu um folheto para informar toda a população do lugarejo da novidade. Seguiram-se no município festejos e cerimônias oficiais.

O periódico que produziu a notícia chamava-se *A Revolução*, folha que começou a circular no mesmo ano de 1889, fazendo a propaganda repu-

blicana. Porém, se o periódico era uma produção recente, entrou em circulação apenas em 05 de janeiro de 1889, não era recente a ação de seu redator proprietário Manuel de Oliveira Andrade. Este se encontrava na propaganda republicana regional desde o início da década de 1870, ao lado de seu antigo sócio Francisco Honório Ferreira Brandão. Os dois haviam iniciado em 1873 a produção do semanário *O Colombo*, periódico marco na propaganda republicana de Minas Gerais.

O Colombo, folha empenhada na propaganda republicana, contou com muitos adeptos. Depois de seu desaparecimento em 1885, seus colaboradores e aliados espalharam-se por diversas localidades do Sul de Minas, produzindo outras folhas continuadoras do ideal republicano. Esse grupo, aqui identificado como "republicanos históricos", permaneceu na vida política do estado por muitos anos. Alguns alcançaram posições destacadas na política estadual e nacional, enquanto outros não tiveram a mesma sorte e caíram em ostracismo, mas o grupo é representativo da vida política de finais do Império e início da República. Por outro lado, existia a poderosa presença de Silviano Brandão e seus aliados, que embora não participassem da propaganda republicana, igualmente pretendiam compor o novo regime. Nesse artigo identificamos essas lideranças, sua organização no início da imprensa periódica republicana e o seu desmembramento em diferentes grupos com o passar do tempo e dos acontecimentos políticos.

Com efeito, diante do novo regime, as primeiras diferenciações de grupos políticos em Minas foram compostas em torno da participação na causa da República. Surgiram os "adesistas" ou "novos republicanos", membros dos extintos partidos monárquicos que aderiram à causa republicana e, em oposição, apareceram os "antigos republicanos", aqueles que defendiam a causa antes do 15 de Novembro. Dentre eles, os radicais procuravam-se distinguir como "históricos", isto é, aqueles que vinham do Manifesto de 1870 ou que nasceram politicamente nas fileiras republicanas, recusando-se a aceitar nas suas hostes os chamados "republicanos de véspera" (RESENDE, 1982, p.59).

A exemplo de outros estados brasileiros, Deodoro da Fonseca indicou para o governo de Minas um político que não fizera parte da propaganda republicana, descontentando parte significativa da elite mineira, que em relação a ele manteve-se em oposição.

O cenário que se armava era de disputa. Deodoro da Fonseca, primeiro chefe do governo nacional, e que absolutamente não fora republicano histórico, havia nomeado para a Presidência de Minas José Cesário de Faria Alvim, político de prestígio dentro do estado, mas ligado ao regime monárquico. Isso causou a indignação dos mais radicais que, com a alvorada do novo regime, ansiava pela nomeação de um de seus pares, tirado das trincheiras republicanas. Entretanto, o que se viu no Rio de Janeiro e em Ouro

Preto foi a composição de um quadro administrativo que revelava um perfil conciliatório (FAQUIM, 2007).

Assim, a composição do governo de Cesário Alvim não permitiu que se arrefecessem os dissídios no interior da política estadual. A renúncia de Deodoro implicou o enfraquecimento interno do grupo alvinista. As pressões constantes dos chamados republicanos radicais confluíram para a saída de Alvim da presidência do estado[2].

Alvim ainda seria nomeado Ministro do Interior, mas a indicação de um político adesista como substituto do ministro demissionário Aristides Lobo, republicano histórico, acabou acirrando a luta do radicalismo mineiro.

O republicanismo em Minas Gerais não se constituía, ao proclamar-se a República, uma força muito considerável. Os republicanos no momento da queda do Império contavam somente com 30% do eleitorado, porcentagem na qual se incluía senhores de escravos que, após a Abolição, aderiram ao Partido Republicano. A aliança, porém, nada tinha de garantida. Superada a crise econômica, era de se esperar que uma aliança selada entre republicanos e escravocratas não tivesse vida longa (RESENDE, 1982, p.54). A situação anômala nos permite estimar que o eleitorado verdadeiramente republicano estava muito abaixo dos 30% em Minas.

Muito embora esse número aponte para o caráter frágil do republicanismo mineiro, a adesão ao novo regime foi rápida e significativa. Segundo Cláudia Viscardi, as regiões cafeicultoras do estado foram as mais republicanas, enquanto a mais adesista foi o Centro de Minas. Essa condição explica-se, em primeiro lugar, devido ao Centro de Minas agregar, à época, a maior parte da elite burocrática provincial por ter sido a capital do estado; em segundo lugar, a abolição teve um impacto negativo sobre as economias cafeicultoras em expansão no Sul e Mata, acirrando os descontentamentos dessas elites em relação ao Império. A primeira situação atuaria como arrefecedora de impulsos renovadores sobre a política; a segunda situação contribuiria para uma postura oposta (VISCARDI, 2001).

Em torno da intrincada questão que colocava em lados opostos os políticos estaduais identificados como Históricos ou Adesistas, ocorreu a

[2] De acordo com Maria Efigenia Lage de Resende, o governo de Alvim transcorria sem maiores problemas, apesar da corrente oposicionista. A oposição via o governo de Alvim como um hiato inevitável e guardava suas forças para a luta em torno da sucessão presidencial. No entanto, sobreveio um fato inesperado. A crise política federal, desencadeada com o Golpe de 3 de Novembro de Deodoro da Fonseca, iria afetar os rumos da política mineira. Precipitadamente, Cesário Alvim aderiu ao ato ditatorial do Marechal Deodoro, Câmara e Senado aprovaram a deliberação de Alvim. No entanto, o contra golpe de 23 de Novembro, capitaneado por Floriano Peixoto, criou as condições necessárias para que se articulasse a deposição de Alvim. Sua adesão à legalidade restaurada não foi suficiente para evitar a crise política. Com a ascensão de Floriano surgiu em Minas um movimento de oposição a Alvim, devido ao apoio que dera a Deodoro no ato de violação da lei constitucional. A pressão aumentaria até o pedido de renúncia (RESENDE, 1982, p. 79).

primeira e principal divisão entre os políticos sul-mineiros. Posicionavam-se em lados opostos Silviano Brandão e Ferreira Brandão. O primeiro era uma liderança sediada em Pouso Alegre com um longo período de participação na política estadual, enquanto o segundo buscava sua ascensão política a partir da propaganda republicana, que iníciou na região em 1873 com a circulação do periódico *O Colombo,* do qual foi editor por dois anos.

Silviano Brandão, influente político sediado no município de Pouso Alegre, teria fundado um *Club* republicano na cidade no início da década de 1880,[3] Mesmo assim não deve ser considerado um "republicano histórico", uma vez que fazia oposição ao movimento dos antigos republicanos sediados em Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, cujos membros eram muito mais fervorosos do que ele e defendiam a causa republicana há mais tempo. Mesmo que tenha fundando o *Club,* Silviano não se encaixaria nas hostes dos republicanos históricos por ter desempenhado funções dentro do governo imperial. Em pesquisa nos jornais do município de Pouso Alegre encontramos artigos que provam que Silviano permanecia filiado ao Partido Liberal e concorria às eleições por esta sigla.

Em dezembro de 1881, ano em que supostamente fundou o *Club* republicano municipal de Pouso Alegre, Silviano pedia votos para deputado estadual no semanário *Livro do Povo* cujo redator-proprietário era José de Almeida Queiroz. Em mensagem publicada nesse periódico, Silviano Brandão manifestou-se: "se for eu eleito, como é de se esperar, ei de procurar corresponder aos nobres e generosos intuitos do Partido Liberal do 12º distrito" (*Livro do Povo*, 12 de dezembro de 1881. Eleições. p.3).

Ao decorrer da última década do regime imperial, ainda encontramos Silviano Brandão pedindo votos como membro do Partido Liberal em 1886. Na folha *Valle Sapucay,* editada por Marciliano Fleming Braga e de propriedade de Joaquim Leonel de Azevedo, o político sul-mineiro reconhecia os problemas que a agremiação enfrentava, mas pedia empenho e lealdade aos correligionários do Sul de Minas:

> Tendo eu de concorrer com o candidato conservador ao segundo escrutínio da eleição geral, a que brevemente se tem que proceder, venho cumprir o dever de solicitar, a favor de minha candidatura, toda a sua proteção e a de seus amigos.
>
> Não tendo atualmente o Partido Liberal a responsabilidade do governo, o meu procedimento se merecer a honra da eleição, se achara naturalmente traçado.

[3] Essa informação é encontrada tanto no endereço eletrônico do Governo de Minas (http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10196--francisco-silviano-de-almeida-brandao/5794/5241), como na obra de Berenice Martins Guimarães, mas não conseguimos comprová-la em nenhum periódico (GUIMARÃES, 1993). Acesso 12 de vevereiro de 2012.

> Pugnar pelas ideias liberais, combater os desmandos e abusos do poder, defender os oprimidos, contribuir e mesmo iniciar medidas tendentes a animar e favorecer à desprotegida indústria pastoril e a dotar esta parte da província de melhores meios de transporte, tornando uma realidade a viação férrea sul-mineira. [...]
>
> Escusado é pedir a Vossa Excelência que não se poupe a esforços para que os nossos amigos compareçam às urnas, para exercer o direito do voto, mesmo por ser a época de duras provações para o Partido Liberal, é que devemos afirmar com denodo e patriotismo a nossa virilidade política; que sirva de estímulo e não de desalento a experimentação por que passam os liberais. Agradeço desde já os seus esforços em prol da causa liberal. (*Valle do Sapucay*, 13 de fevereiro de 1886. Eleição geral. p.2).

Silviano Brandão foi enormemente atacado nas páginas de *O Colombo* durante a primeira metade da década de 1880 justamente por assumir uma postura conciliatória. O periódico não admitia que um verdadeiro republicano participasse do governo imperial, considerando o trânsito entre políticos do Partido Liberal e Republicano incoerente e prova da ambição de políticos sem compromisso com a causa republicana *(O Colombo,* 02 de junho de 1878. *Progresso Mineiro*. p.2).

Fato é que os principais aliados de Silviano Brandão no regime republicano eram todos adesistas. Seus primos Júlio Bueno Brandão e Bueno Paiva aderiram ao regime tardiamente (*Gazeta de Ouro Fino,* 11 de setembro de 1894. Ao Ilustre Deputado Júlio Bueno Brandão. p.1). Delfim Moreira aderiu ao *Club* republicano de Itajubá apenas em 25 de dezembro de 1887 e seu principal aliado, Wenceslau Brás, não se juntou ao grupo por ser filho do líder do Partido Conservador local (*A Verdade,* 27 de janeiro de 1888. Club Republicano. p.2). Dentre os principais sequazes de Silviano Brandão em seu futuro governo, apenas Américo Werneck e Francisco Bressane pertenceram ao republicanismo histórico.

De qualquer maneira, Silviano Brandão era mal visto pelos republicanos de Campanha e região por compor o governo imperial. A questão da participação dos republicanos históricos no governo monárquico foi abordada por Sérgio Buarque de Holanda. De acordo com o autor, a dúvida se a aceitação de empregos públicos da Monarquia era compatível com a militância republicana foi suscitada desde cedo entre os maiorais do Partido Republicano do Rio de Janeiro e os republicanos do Manifesto de 1870 dispunham firmemente a não transigir de forma alguma com o poder, a nada esperar da Coroa ou do regime, e renunciavam as vantagens vindas de cima. Embora esse fosse o discurso oficial, nem todos republicanos acatavam e acabavam desempenhando algumas funções quando indicados ou eleitos (HOLANDA, 2006, p.305).

2.Republicanismo no Sul de Minas: a trajetória de Ferreira Brandão e a dos periódicos republicanos locais

No Brasil as ideias republicanas ganharam maior destaque com o Manifesto de 1870 e a formação do *Club* Republicano do Rio de Janeiro. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em Minas Gerais, a propaganda republicana e anti-monárquica ganhou imediatamente inúmeros adeptos devido à "poderosa tradição liberal" da província, embora nunca tenha se mostrado bastante coesa (HOLANDA, 2006). De fato, o republicanismo em Minas estava dividido em quatro principais praças: Juiz de Fora, Ouro Preto, Divinópolis e Campanha (ANDRADE, 1990). No município sul-mineiro, a propaganda republicana foi levada pelo periódico *O Colombo,* folha redatoriada por Francisco Honório Ferreira Brandão, liderança sul-mineira responsável pelos primeiros passos da propaganda na região.

Francisco Honório Ferreira Brandão era filho de uma das mais tradicionais famílias de Campanha, seu pai era o tenente coronel Martiniano da Silva Reis Brandão e sua mãe Bárbara Alexandrina Ferreira Brandão. Formou-se na Academia de Medicina do Rio em 1864 e fixou-se na cidade instalando ali sua primeira clínica médica onde desempenhava o papel de médico, cirurgião e parteiro. Devido a essa atividade notabilizou-se por toda região e logo passou a ter seu nome associado também às causas políticas, a essa época já se encontrava envolvido na imprensa periódica.

Antes de desposar a causa republicana, Ferreira Brandão trabalhara na redação do *Planeta Sul*, junto de Américo Lobo, entre 1865 e 1867, órgão do Partido Liberal. Em 1869 figurava entre os editores do *Radical Sul-Mineiro*, primeira folha ostensivamente republicana do estado, mas de exígua duração.

Sua próxima empreitada na imprensa periódica foi mais significativa. A partir de 1873 Ferreira Brandão estava a frente do periódico *O Colombo,* folha que propagandeava o republicanismo intensamente. Ferreira Brandão foi o editor principal desse semanário, que circulou entre 1873 e 1874 e depois de um intervalo retornou com maior duração, de 1878 a 1885. O proprietário da folha era Manuel de Oliveira Andrade, outro republicano histórico e em sua segunda fase contou com a efetiva participação de Lúcio Menezes Drumond Furtado de Mendonça[4]. *O Colombo* foi o ponto de partida para a criação de diversas outras folhas republicanas que surgiram no Sul de Minas, diversos editores e colaboradores revezavam na produção desses periódicos e vários deles seguiram carreira política no novo regime.

As atividades de Ferreira Brandão no lugarejo não se limitavam à medicina ou à política. Exerceu ainda o magistério público, lecionando as

[4] Lúcio de Mendonça era fluminense, mas viveu em Campanha por muitos anos, poeta e jornalista, seria um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

disciplinas de História, Geografia e Matemática. Por mais de uma década foi diretor da Escola Normal de Campanha, instituição bastante destacada na região.

Como político, militara no Partido Liberal, mas ao abraçar o republicanismo ao final da década de 1860 tornou-se um dos mais denodados propagandistas da República, organizando no município o Partido Republicano local. Devido à sua participação na causa republicana, foi eleito deputado à Constituinte logo depois de proclamada a República.

O órgão oficial do Partido Republicano de Campanha era *O Colombo,* que iníciou sua publicação em primeiro de janeiro de 1873, com uma tiragem de 700 exemplares. A folha republicana afirmava em seu primeiro editorial atender a um reclamo regional, sua intenção era constituir-se em um centro em torno do qual viria agrupar-se todo o Partido Republicano sul-mineiro que, segundo seus editores, o número de leitores e correligionários aumentava rapidamente (*O Colombo,* primeiro de janeiro de 1873. Ao Sul de Minas. p.1). Com efeito, a circulação do periódico não se restringia à Campanha, sede da tipografia, pois recebia apoio de folhas de outros estados. Seus principais interlocutores eram o Partido Republicano Nacional, sediado no Rio de Janeiro, e o Partido Republicano de Itu, no interior de São Paulo. Como o editor fazia questão de reproduzir todo apoio que encontrava na região, é possível fazer um mapa das sedes republicanas sul-mineiras espalhadas pela região que conferiram seu aplauso para *O Colombo*. Durante seus primeiros meses de circulação, recebeu apoio de leitores de Jaguari, Cabo Verde, Conceição da Divisa, Turvo e São Gonçalo do Sapucaí[5]. Com essas manifestações positivas, inferimos que a causa republicana era bem aceita em vários pontos da região, mesmo que por minoria de adeptos. O periódico ainda contou com a nota de encorajamento e felicitações de *A República*, órgão oficial do *Club* Republicano do Rio de Janeiro:

> Mais um destemido e ilustrado democrata toma parte nas fileiras republicanas.
>
> *Colombo* é o título da folha que se acaba de publicar na cidade de Campanha, em Minas, sob a redação principal do dr. Ferreira Brandão.
>
> Saudando ao nosso colega, desejamos-lhe uma existência prospera.

[5] A 8 de janeiro de 1873 o Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho de Jaguari manifestou seu apoio e dos 34 membros do partido republicano local. Em 24 de janeiro Antonio de Pádua Dias comentou a boa impressão que o periódico vinha causando em Cabo Verde. Em fevereiro saudaram o semanário republicano Joaquim José de Figueiredo, de Conceição da Divisa; André Martins de Andrade, Juiz no município do Turvo; José Maria Vaz Pinto Coelho e José Coelho Neto, de São Gonçalo do Sapucaí. As manifestações e encorajamento continuaram no mês seguinte com cumprimentos de João Evangelista de Magalhães Chaves e do vigário de Conceição da Divisa, João Pedro Ferreira Lopes.

> Cada combatente que se alista nas filas da grande ideia é para nós uma nova garantia de vitória para a nossa causa.
>
> A hora dessa vitória só a vontade do povo a pode determinar.
>
> Até que ela chegue serão frutíferos os sacrifícios individuais feitos em prol da ideia republicana e o exemplo dessas nobres abnegações será sempre um estímulo e um alento para o patriotismo e para o concurso dedicado de todos os bons cidadãos. (*O Colombo*, 24 de janeiro de 1873. Novo órgão republicano. p.2.)

O programa político de *O Colombo* filiava-se ao do *Club Republicano do Rio de Janeiro,* fundado por Saldanha Marinho em 1870. Este *Club* tinha como órgão oficial *A República*, que circulou entre 1871 e 1874 sob redação de Francisco Cunha e colaboração de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Fernando Lobo e muitos outros (HOLANDA, 2006, p.314).

O Colombo pretendia atuar como fonte irradiadora das ideias republicanas na região, o periódico receberia a "palavra de ordem" do *Club* Republicano Central, vinda do Rio de Janeiro, para de mais perto transmiti-la a seus correligionários da região (*O Colombo*, 01 de janeiro de 1873. Ao Sul de Minas. p.1). Com esse propósito, a educação da massa era seu principal intento. A folha pretendia organizar uma unidade coletiva e compacta de seus correligionários do Sul de Minas. Sua missão manifesta era "doutrinar as massas, esclarecer as inteligências menos favorecidas de instrução", além de "fazer colar na mente e no coração dos brasileiros as ideias de um governo democrático, como única forma compatível com as condições normais de vida". Enfim, pretendia-se uma "sentinela avançada da liberdade no Sul de Minas" *(O Colombo*, 08 de janeiro de 1873. O que somos? p.1).

Podemos resumir os principais posicionamentos de *O Colombo*. Seu objetivo era combater a monarquia, forma de governo que considerava anacrônica e que deveria ser substituída pela República Federativa. Ferreira Brandão defendia o federalismo por considerar um sistema que traria mais resultados e riquezas para as províncias, pois estas, muito longínquas, sofriam com a lenta ação do governo central.

No editorial de seu segundo número, de 08 de janeiro de 1873, o editor procura responder à questão "O que somos?" e conclui ser um partido de futuro, pouco interessado nas lutas políticas dos partidos monárquicos, não vendo lugar para si na política imperial ou mesmo importância nas contendas travadas entre os dois caprichosos partidos monárquicos. Ao contrário, o editor apresentava-se como um espectador indignado, mas imparcial, diante da "comédia burlesca" que se observava nas baixas e altas regiões do poder *(O Colombo*, 08 de janeiro de 1873. O que somos? p.1).

Ao contrário dos dois partidos monárquicos, o Partido Republicano era apresentado como pujante e organizado, incansável na propaganda de

ideias mais democráticas. Na opinião do editor, os partidos tradicionais se desorganizavam e se desmantelavam, confundindo suas bandeiras. As maiores críticas eram direcionadas ao Partido Liberal, por temer as reformas políticas mais adiantadas.

Dentro do intento de doutrinar seus leitores, destacamos na organização do periódico duas seções em particular. A primeira delas era o "Livro do Povo", com a intenção de fazer o catecismo republicano publicava e comentava obras que fazia a propaganda republicana. O primeiro livro reproduzido foi *O Libello do Povo*, de Timandro[6]. A segunda obra reproduzida foi *A República Democrática Federal e Universal* de Fernando Garrido[7]. Ainda no campo doutrinário, o jornal publicou o extenso *Manual Republicano* de Júlio Barn. Ao reproduzir esse tipo de literatura, o editor intencionava que os leitores que tivessem simpatia pelo Partido Republicano conhecessem também seus princípios e mecanismos. Quando reproduziu o livro de Barni indicou: "Leiam-no com atenção, estudem-no que encontrarão nas instituições republicanas o mais belo ideal de governo" (*O Colombo,* 26 de maio de 1878. Livro do Povo).

A segunda seção que destacamos é a "Fatos da Monarquia", onde se registravam acontecimentos e atentados cometidos por abusos das autoridades monárquicas, de pequenos fatos locais a grandes casos nacionais reconhecidos na história do país e que implicavam o desgaste das instituições monárquicas no país.

Outro tema caro nas discussões acerca do republicanismo era a ideia de Revolução. Ferreira Brandão considerava o povo brasileiro muito ordeiro e possuidor de uma índole pacífica, caso contrário uma revolução já teria acontecido no país. O próprio editor era contrário às revoluções, afirmando confiar na força da ideia e do número crescente de adesões, assinalava: "há de vir o dia em que, pacífica, mansa e legalmente, aparecendo na cena política, só com a presença exortará dos paços da nação os vendilhões que por farrapos a vão mercadejando à cobiça de quanto aventureiro pode comprar-lhe os trabalhos e o suor e o sangue". O fato do editor não acreditar ou desejar uma revolução encaixa-o no que Ângela Alonso considera um republicano-evolucionista (ALONSO, 2002). De fato, o principal periódico que sucedeu *O Colombo* foi *A Gazeta Sul-Mineira,* semanário que adotava a alcunha de "republicanos evolucionistas".

O posicionamento do editor revela sua filiação ao *Club* Republicano do Rio de Janeiro, pois sua argumentação obedecia às principais diretrizes

[6] O Libelo do Povo foi escrito em 1848 por Francisco de Sales Torres Homem, sob o pseudônimo de Timandro. O texto é considerado um dos mais avançados textos do liberalismo de sua geração (HOLANDA, 2006). www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=23198&sid=387. Acesso 12 de fevereiro de 2012.

[7] Livro de 1856 é a principal obra de Fernando Garrido, autor espanhol identificado com o federalismo utópico do século XIX.

daquele *Club* apontadas por Sérgio Buarque de Holanda. Fundamentalmente, o grupo de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva é identificado como anti-revolucionário e contemporizador, marcado ainda pelo seu pacifismo, esperançoso de haver uma mudança nas instituições sem acarretar uma perigosa convulsão no país. Conforme Holanda, este grupo optara firmemente pela reforma.

Nos discursos analisados por Holanda, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva insistiam que não se deveria de modo algum recorrer à violência para chegar à meta desejada, e condenavam a imprudência dos que erguiam vivas à República de maneira violenta. De acordo com o autor, "evolução, não revolução: era este o lema endossado pelos principais adeptos do manifesto de 1870", porque os signatários do documento acreditavam que a evolução da sociedade humana iria levar fatalmente à República (HOLANDA, 2006).

Igualmente, o grupo de Campanha, liderado por Ferreira Brandão, confiava em uma evolução, não encampando a ideia revolucionária, eram respeitadores das leis e dos poderes constituídos. Comungavam com a ideia de que para que a liberdade se consolidasse era preciso respeitar as limitações do direito e da justiça. Por esta senda, faziam campanha pela reforma da Constituição e posicionavam-se contrariamente a uma insurreição armada, considerada prejudicial, trazendo o risco de produzir maior centralismo. A Revolução que desejavam, nas palavras do editor, era a instrução do povo, que conscientes elegeriam cada vez mais republicanos, até que essa consciência nacional não fosse atingida a missão do partido e do periódico era fazer a propaganda republicana.

Em análise sobre o desenvolvimento do republicanismo no país, o editor afirmava que nos dois últimos anos havia ocorrido um considerável aumento no número de seus correligionários, que iam se tornando mais barulhentos e que já haviam se inoculado em todas as camadas sociais, "entranhando raízes imorredouras no solo e no coração dos brasileiros"(*O Colombo,* 08 de janeiro de 1873. O que somos? p.1). Para Ferreira Brandão, o sucesso da expansão republicana a todos os meios e estratos era devido, principalmente, às ações do *Club* Republicano do Rio de Janeiro, que iniciara "verdadeiro incêndio, imenso e inextinguível" no país. O resultado do incêndio era a depuração das velhas crenças monárquicas. Desta forma, de acordo com o editor, o republicanismo iria se entranhar de forma natural na índole e nos costumes do povo brasileiro (*O Colombo*, 08 de janeiro de 1873. O Jornalismo da Campanha. p.2).

Por outro lado, na década de 1870, existia grande preconceito contra os republicanos, acusados de anarquistas, de geração bastarda e de possuírem uma "consciência transviada" (*O Colombo*, 08 de janeiro de 1873. O Jornalismo da Campanha. p.2). No âmbito regional, diversas acusações

foram feitas contra o grupo de Ferreira Brandão por parte de *O Monarquista,* periódico rival também sediado em Campanha. As duas folhas se envolveram em diversas contendas, passando por tumultos em cerimônias oficiais até a quebra de tabuletas do comércio com signos imperiais, além dos constrangimentos de ambas as partes com troca de provocações e troças sobre suas ideologias opostas.

Outras críticas constantes nos editorias do periódico referiam-se ao Poder Moderador e ao Senado vitalício. *O Colombo* também apontava como urgente as reformas da Guarda Nacional, da Justiça e Religiosa a fim de que se revitalizassem as instituições rotas e carcomidas da monarquia.

Nos dois primeiros anos de sua circulação, *O Colombo* informou o processo de formação e organização do Partido Republicano local, mas com parcas informações. O dado mais efetivo foi em torno da primeira reunião noticiada a 16 de janeiro de 1873. O encontro realizou-se na residência de José da Cruz Alvarenga e Mello e compareceram 32 correligionários além de cinco mensagens justificando ausência. O Partido começara, portanto, com 37 membros. Além disso, existia o medo de reprimendas policiais e por semanas o periódico reproduziu ameaças de ataques contra seus correligionários, o momento era tenso, pois, na mesma semana, ocorrera grave confronto com a polícia na tipografia de *A República* no Rio de Janeiro.

Realizada a reunião, os republicanos deliberaram e unanimemente decidiram: a) Constituir o *Club Republicano Campanhense*; b) Dirigir convites a outras freguesias; c) Constituir mesa com Presidente e dois secretários; d) Constituir comissão com cinco membros para elaborar estatuto de acordo com o *Club Republicano do Rio de Janeiro*; e) *O Colombo* tornou-se órgão legítimo do *Club*; f) Seriam aceitos novos filiados independente do passado político de cada um. O periódico não informa quais foram os membros eleitos para a presidência e demais funções que foram estipuladas, menciona apenas que no dia da reunião a força policial esteve eriçada e que a oposição fizera preparativos bélicos esperando arruaças por parte dos republicanos.

É importante destacar que os órgãos republicanos do período estavam comumente ligados à formação dos *Clubs* republicanos da Província. Havia um estreito laço entre o jornal e o *Club*, tanto na divulgação e promoção de atividades como na articulação partidária de cada município e suas redondezas. O jornal carregava consigo o registro da vida social ao desenvolver estratégias que possibilitassem amplas adesões, muitas efusivamente comemoradas, como o ingresso de pessoas proeminentes. Essas adesões representavam o descontentamento de determinados segmentos sociais com a monarquia e, se não contribuíram para fazer avançar o projeto republicano, importaram para a ampliação das fileiras partidárias (ANDRADE, 1990).

Ao final do seu último ano de circulação, *O Colombo* anunciou que seria substituído por *A Batalha*, folha sediada em São Gonçalo do Sapucaí

e de propriedade de Thomaz Delfino, mas ainda em 1885 esse periódico também deixou de circular, sendo substituído por *A Gazeta Sul-Mineira,* se comparado aos demais, a *Gazeta* teve extensa duração (1885-1894). Também foram continuadores das ideias de *O Colombo* os periódicos *O Novo Estado*, sediado no município de Machado e editado por José Joaquim dos Santos, e *A Revolução,* de Manuel de Oliveira Andrade, sediado em Campanha. Muitos desses periodistas se reuniriam mais uma vez no município de Campanha para organizar a folha *O Minas do Sul*, jornal separatista que circulou entre 1892 e 1894. Com o desaparecimento de *O Colombo,* duas outras folhas merecem destaque na imprensa periódica republicana do Sul de Minas: *A Gazeta Sul-Mineira* e *A Revolução.*

A Gazeta Sul-Mineira circulou entre 1885 e 1894, com duas fases distintas: a primeira estende-se de 1885 a 1888 e a segunda foi publicada a partir de 1891. Na primeira fase, o periódico era propriedade de Francisco Bressane de Azevedo e contava com dois editores, Américo Werneck e Thomaz Delfino. Com a saída do último, Werneck passa a gerenciar a folha e integra-se ao grupo o antigo proprietário de *O Colombo,* Manuel de Oliveira Andrade. Os dois periódicos guardavam muitas semelhanças e *A Gazeta* pode ser considerada continuadora de *O Colombo.*

Nas folhas de *A Gazeta Sul-Mineira*, sob o lema: "Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara"[8], as ideias republicanas e abolicionistas eram apresentadas com evidente associação. Para os do periódico os problemas da transição da mão de obra e da abolição seriam rapidamente resolvidos se o governo central conferisse plenos poderes às províncias para que cada uma decidisse o que lhe fosse melhor. No caso mineiro, o semanário assinalava que deveria se dar a Abolição imediata.

Podemos perceber que as ideias de *A Gazeta Sul-Mineira* ainda eram as mesmas das edições passadas de *O Colombo,* ainda no ano de 1873. A novidade era a anunciada adesão de *A Gazeta Sul-Mineira* ao abolicionismo. Embora abolicionista, *O Colombo* não se manifestou diretamente quanto a esse assunto na sua primeira fase, aderindo à causa enfaticamente apenas a partir de 1878, sob a redação de Lúcio de Mendonça[9].

Outra folha a empenhar-se na propaganda republicana no Sul de Minas foi *A Revolução,* principal órgão da imprensa republicana radical, sob

[8] Gazeta Sul-Mineira, 16 de maio de 1886. p.1.

[9] De acordo com Gilberto Freire os jornais do final do Império que aderiram ao movimento emancipador, por escrúpulos, recusavam-se a publicar anúncios de compra e venda de gente e, sobretudo, de fuga ou de desaparecimento de escravos (FREIRE, 1979. p.16), postura abraçada por *O Colombo*, além do mais a 2 de outubro de 1871, Ana Matilde Ferreira Brandão, esposa de Francisco Honório, libertou sua escrava Joana que dera a luz a Ambrosina, que já nasceu livre em virtude da Lei do Ventre Livre. Ferreira Brandão e sua esposa foram os padrinhos da criança (VEIGA, 2002).

a redação do seu proprietário Manuel de Oliveira Andrade[10]. O semanário perdurou de 5 de janeiro de 1889 a 15 de dezembro do mesmo ano. Quando proclamada a República, não viu mais motivos para sua circulação e encerrou sua produção. Além do redator e chefe, Manuel Andrade, colaboravam os republicanos históricos Jonas Olinto, Aristides Lobo, Américo Werneck e Aristides Maia.

Nos meses que antecederam a Proclamação da República, *A Revolução* fazia críticas incisivas à Monarquia e aos partidos políticos imperiais. Em comparação com o linguajar que *O Colombo* utilizava em 1873 percebemos que, ao longo de quase duas décadas, o tom do discurso nos periódicos republicanos locais progrediu e se tornou cada vez mais combativo, o ápice dessa hostilidade se deu durante os primeiros meses de circulação de *A Revolução.* Como o próprio nome do periódico indica, as ideias republicanas avançaram a ponto de abraçarem o intento revolucionário, desacreditado no início da década de 1870.

Depois de proclamada a República, o discurso do periódico não se abrandou, permaneceu duro, assumindo a necessidade de os históricos monopolizarem o novo regime, não admitindo em seu seio os "homens corrompidos do velho regime" *(A Revolução.* 23 de novembro de 1889. Um conselho aproveitável. p.3).

Em artigo reproduzido de Antônio Bento, liderança republicana histórica paulista, desconfiava e até anatematizava o novo regime, caso o monopólio do governo não pertencesse aos históricos: "Não quero nada da República, mas, se ela tem de acolher em seus seios esse homens gastos que arruinaram a monarquia e que hoje querem explorá-la, maldita seja ela" (*A Revolução.* 23 de novembro de 1889. Um conselho aproveitável. p.3).

Como *A Revolução* era o principal periódico republicano local em circulação em novembro de 1889, nas suas folhas encontramos informações sobre a nova organização política nos arrabaldes de Campanha e as primeiras medidas para adequar-se ao novo regime. O jornal publicou, por exemplo, que a 17 de novembro, em casa do correligionário Martiniano da Silva Reis Brandão, os membros do *Club Republicano* e mais alguns cidadãos resolveram unanimemente aderir ao movimento que deu resultado à proclamação da República do Brasil, resolveram, também por unanimidade, nomear uma comissão para organizar o partido local, composta das se-

[10] Encontramos parcas informações sobre a biografia de Manuel de Oliveira Andrade, mas sua participação na causa republicana na região foi enormemente destacada. Fundador e proprietário de *O Colombo* em 1873, permaneceria atuando na produção do periódico até 1885. Depois comporia o grupo de *A Gazeta Sul-Mineira* como redator até 1888, quando a mesma deixou de circular. Então Manuel Andrade fundou *A Revolução,* o mais radical dos três periódicos em que trabalhara. Membro do Partido Republicano local desde sua criação, 1873. Curiosamente, liderança por tanto tampo, o editor não conseguiu dar sequência na sua carreira política e desapareceu no cenário republicano prematuramente.

guintes pessoas: Francisco Honório Ferreira Brandão, Presidente; José Brás Cesarino, Primeiro Secretário; Zoroastro de Oliveira, Segundo Secretário; Marcos Coelho, tesoureiro. Também participavam da comissão Joaquim Leonel de Rezende Alvim, Martiniano da Silva Reis Brandão, José Luiz Pompeu da Silva, Saturnino de Oliveira e muitos outros.

Outra notícia significativa dizia respeito à viagem de Manuel de Oliveira Andrade, redator chefe da folha, e Américo Werneck, chefe do partido no distrito, que seguiram para a capital federal assim que tiveram notícia da Proclamação da República para tratar dos interesses do partido sul-mineiro perante o governo provisório (*A Revolução.* 23 de novembro de 1889. Partida. p.3).

Em notícia do dia 9 de dezembro de 1889, o periódico informava que o destacado republicano histórico, Lúcio de Mendonça, editor de *O Colombo* em sua segunda fase, 1878 a 1885, fora aclamado para representar a região do Sul de Minas na Constituinte (*A Revolução,* 09 de dezembro de 1889. 11º Distrito: Lúcio de Mendonça. p.1). Seu nome se impunha, segundo o editor, por ter sido um dos precursores da República na região, fazendo a propaganda ideológica por vários anos na imprensa local. Lúcio de Mendonça também seria nomeado secretário do Ministro de Justiça de Campos Sales. Nomeação que o periódico exultou, considerando-a digna e honrosa. A ascensão do republicano radical era bastante significativa. Lúcio Mendonça era tido como um republicano ortodoxo, doutrinário inflexível, crítico ferrenho dos "apostatas" de Minas e defensor da disciplina partidária e da coerência de princípios. Não admitia a conciliação, nem as alianças com os antigos monarquistas. Essa era sua posição desde muito antes da proclamação, considerando que os republicanos não deveriam compor o governo monarquista. Igualmente, os antigos monarquistas não deveriam participar do novo governo republicano.

Proclamada a República, o grupo responsável pela editoração dos periódicos republicanos se viu excluído pelo novo governo instalado em Minas Gerais. Com o comando de Cesário Alvim os principais cargos ficaram nas mãos dos chamados republicanos adesistas, enquanto os históricos permaneceram alijados. Extremamente insatisfeito promoveram um movimento que tinha o objetivo de separar o quinhão sul-mineiro e constituir-se em nova federação. Derrotados novamente em mais essa empreitada o grupo se dividiu, Francisco Bressane aliou-se a Silviano Brandão e aos republicanos adesistas, enquanto Ferreira Brandão, principal liderança histórica, afastou-se da política estadual alegando não poder conciliá-la com suas atividades médicas, mas permaneceu como chefe do Partido Republicano do município, participando da edição do periódico *A Campanha* (1900-1935). Rodeado de colaboradores do tempo da propaganda republicana, ainda manteve voz ativa na vida política local.

Referências

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

ANDRADE. Marisa Guerra de & HANRIOT, Renata Notas sobre "O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89)". In.: **Análise e Conjuntura.** Belo Horizonte, v.5 – n.2 – mai,-ago./1990.

BARBOSA, Francisco de Assis, João Pinheiro e sua liderança em Minas. In.: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, , v. 5, n.2, maio/agosto. 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação da almas**: o imaginário da república no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Cia das Letras. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escrito de história e política. Belo Horizonte: UFMG. 2005.

FAQUIN, G. Stroppa. **Políticos da nova raça**: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007.

FLEISHER, D. D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: MONTEIRO, N. G. (org.) **V Seminário de Estudos Mineiros:** A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/ PROED: 1982. p. 11-62.

FREIRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GUIMARÃES, B.M. Minas Gerais: a construção da nova ordem e da nova capital. In.: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte. v. 8. n. 2/3. Mai-dez. 1993.

HOLANDA, S. Buarque. Do Império à República. In.: HOLANDA, S. B. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: v. 7. t. 2. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006.

HORTA, Raul M. **Perspectivas do federalismo brasileiro**. Belo Horizonte: Editora da Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1958.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1949.

LESSA, Renato. **A invenção republicana:** Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos:** Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutora-

do. São Paulo. USP. 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). V.8. t.3. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006.

RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais:** o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

VEIGA, C. Greive. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. **Revista Brasileira de Educação.** n.21, set-dez. 2002.

VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99. 2001.

VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, pp. 39-56.

VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Artigo recebido em 15/05/2012 e aceito para publicação em 13/06/2012